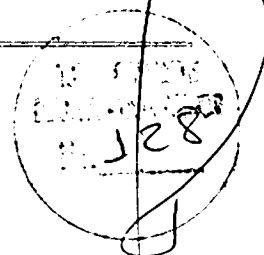




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Habeas Corpus n.: 0007908-75.2014.8.17.0000(345.048-8)
Comarca: Ibimirim
Juízo: Vara Única
Impetrante: Horlan Real Mota
Paciente: Antônio Gilson Pessoa dos Santos
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Relator p/acórdão: Juiz Laiete Jatobá Neto



EMENTA: HABEAS CORPUS. DROGAS. TRÁFICO. DILIGÊNCIA REQUERIDA PELO PARQUET NAS RAZÕES FINAIS. ANTECEDENTES CRIMINAIS DO RÉU. DEFERIMENTO ANTES DE PROLATADA A SENTENÇA. PREJUÍZO AUSENTE. MAGISTRADA. SUSPEIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÕES FINAIS. DEFESA EM APENAS UMA LAUDA. PEÇA MERAMENTE FORMAL, SEM CONTEÚDO TÉCNICO-JURÍDICO. AMPLITUDE DEFENSIVA MITIGADA. RÉU INDEFESO. NULIDADE EVIDENTE. SÚMULA 523, STF. PRAZO. EXCESSO. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. SENTENÇA EXARADA. SUPERAÇÃO. PROCESSO ANULADO POR CULPA DA DEFESA. SÚMULA 64, STJ. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE.

1. Descabe cogitar de nulidade processual e de impedimento da juíza primária pela prática de atos instrutórios, após as razões finais das partes, quando se verifica que a Promotoria requereu a expedição de ofícios objetivando esclarecer circunstâncias fáticas noticiadas pelo próprio réu, em seu interrogatório, sobre a existência de diversas ações penais instauradas contra si em distintas unidades da federação.

2. Ainda que não fosse requerida pelo Ministério Público, o art. 156, II, do CPP, com a redação dada pela Lei 11.690/2008, autoriza que o juiz, de ofício, durante a instrução criminal ou antes de proferir a sentença, ordene diligências visando dirimir dúvidas sobre pontos relevantes.

3. É de extrema relevância para o julgamento da ação penal a coleta de informações sobre a vida pregressa do réu, de modo a dar ao juiz subsídios para o adequado exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, possibilitando, assim, a justa aplicação da sanção penal.

4. Configura ausência de defesa a apresentação de razões finais em apenas uma lauda, sem concatenação de idéias, nem hasteamento de tese alguma em favor da defesa do réu, cuidando-se de peça defensiva meramente formal, sem qualquer conteúdo técnico-jurídico que esboce, ainda que minimamente, a efetiva defesa do réu.

5. A oferta de alegações finais apenas formais, despidas de substrato jurídico relevante, viola as garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, previstas no art. 5º, LV da Carta Magna vigente. Incidência da Súmula 523 do Pretório Excelso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

6. Tendo a defesa dado causa à nulidade processual e advindo do patrono do réu o pleito de anulação do ato impugnado, não pode o réu auferir benesse da eiva provocada pela defesa, pois a ninguém é dado beneficiar-se própria torpeza. Súmula 64 do STJ.

7. Writ parcialmente concedido para anular o processo, relativamente ao réu, a partir das alegações finais da defesa, inclusive, mantida a prisão cautelar. Prioridade recomendada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão havida no dia 09.09.2014, à unanimidade, pela concessão parcial da ordem, nos termos do relatório, votos e demais peças que juntas formam o presente aresto.

Recife, 23 de setembro de 2014.


Juiz Laiete Jatobá Neto
Relator convocado



Habeas Corpus n.: 0007908-75.2014.8.17.0000(345.048-8)
Comarca: Ibimirim
Juízo: Vara Única
Impetrante: Horlan Real Mota
Paciente: Antônio Gilson Pessoa dos Santos
Procurador de Justiça: Gilson Roberto de Melo Barbosa
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos
Relator convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto

RELATÓRIO:

Impetrou-se habeas corpus em favor de **Antônio Gilson Pessoa dos Santos**, denunciado por infração aos arts. 33, 35 e 36 c/c o art. 40, V, da Lei n. 11.434/06, nos autos do Proc. n. 0000414-05.2009.8.17.0690, em curso perante o Juízo da Comarca de Ibimirim, ora indigitado autoridade coatora.

A inicial alega nulidades processuais por ter a juíza *a quo*, depois de ofertadas as razões finais pelas partes, ordenado diligências objetivando a verificação de eventuais antecedentes criminais do Paciente e por não ter observado que o Paciente estava indefeso, já que seu patrono apresentara alegações finais em apenas uma lauda, configurando inexistência de defesa.

Com tais argumentos, pede-se seja a juíza primeva declarada impedida para o julgamento do feito e anulado o processo a partir das razões finais da defesa, reabrindo-se o prazo para que novas sejam ofertadas.

Aventa, ainda, a ocorrência de excesso de prazo, por tramitar o processo há cinco anos, apesar de preso o réu, sem contribuição da defesa.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 13/94.

Pleito liminar indeferido (fls. 100/100v). Informações requisitadas à juíza primeva, que por ofício de fls. 108/108v, prestou detido relato sobre o trâmite da ação penal, noticiando a prolação de sentença condenatória.

O Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, por parecer de fls. 112/116, opinou pela concessão da ordem para anulação do processo a partir das alegações finais, mantida a custódia cautelar. E, se assim não entender a Corte, pela denegação do *writ* no tocante à alegação de conduta indevida da juíza e pelo prejuízo do aventado excesso de prazo.

Eis o importante a relatar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

VOTO:

Ultimada a coleta judicial de provas (fl. 57), a juíza processante ordenou a abertura de vista sucessiva às partes para as alegações finais.

O Órgão Ministerial, mediante arrazoadado de fls. 59/64, requereu a procedência integral da denúncia e a consequente condenação dos réus.

A defesa do corréu José Alves de Souza, ao longo de vinte e três laudas, cotejou a prova colhida e sustentou a inexistência de lastro probatório para condená-lo, pleiteando pela absolvição. Alternativamente, se rejeitado o pleito absolutório, fosse afastado o crime de associação ao tráfico de drogas e a causa de aumento de pena prevista no art. 40, V da Lei Antidrogas, incidindo a minorante do art. 33, § 4º do mesmo diploma, no fator máximo (fls. 66/88).

Instado a apresentar razões derradeiras, o patrono constituído pelo Paciente o fez às fls. 91/92, alegando exclusivamente o seguinte:

"I- O acusado durante a instrução da Ação Penal, esclareceu em juízo que a droga apreendida pertencia a um conhecido seu de nome "jogador", o qual o acompanhou até a casa do acusado José Alves, inclusive afirmando que estava no local da apreensão da droga pouco antes da chegada da polícia. II- As testemunhas arroladas pelo Ministério Público afirmam com certeza que o acusado encontrava-se no local. Ante o exposto, requer de VOSSA EXCELÊNCIA, que o acusado Antônio Gilson Pessoa dos Santos seja absolvido dos crimes narrados na denúncia, agindo assim VOSSA EXCELÊNCIA dará prova de sua imparcialidade, prudência e sentimento de justiça".

Assoma-se a olhos vistos a total inconsistência das razões finais apresentadas em favor do Paciente, que se apresenta inteiramente desprovida de argumentação jurídica plausível, considerando que, apesar de asseverar a presença do Paciente no palco dos eventos delituosos, para onde se dirigira na companhia de terceira pessoa, supostamente proprietária do entorpecente apreendido na casa do corréu José Alves, seu cunhado, pede sua absolvição.

Não há concatenação de idéias, nem hasteamento de alguma tese em favor da defesa do Paciente. O que há é a apresentação meramente formal de peça defensiva, todavia, sem qualquer conteúdo técnico-jurídico que esboce, ainda que minimamente, a efetiva defesa dos interesses do réu.

A toda evidência, o arremedo defensivo apresentado em favor do Paciente não se amolda ao conceito de ampla defesa assegurado pela Constituição Federal, equivalendo-se, não há negar, à completa ausência de defesa, o que constitui nulidade absoluta, à inteligência da Súmula 523 do STF:



121

No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

Como bem acentuou o ilustre Procurador de Justiça, a oferta de alegações finais apenas formais, despidas de substrato jurídico relevante, viola as garantias constitucionais da amplitude defensiva, do contraditório e do devido processo legal previstas no art. 5º, LV da Carta Magna vigente. Pelo relevo argumentativo, transcrevo trecho do parecer ministerial:

"Ora, as alegações finais constituem peça fundamental para o exercício do direito de defesa do acusado, devendo ser manifestação da indispensável defesa técnica - esta pressuposto de validade do processo penal (cf. arts. 5º, inciso LXIII, e 134 da Constituição Federal e art. 263 do Código de Processo Penal) -, da qual, por sua vez, em observância ao princípio constitucional da ampla defesa, se exige que também tenha o caráter da efetividade, isto é, que não seja meramente formal e, sim, denote efetivo esforço do defensor na demonstração, baseada no Direito e em fatos contidos na prova dos autos, da tese esgrimida em prol do direito de liberdade do acusado". (fl. 114).

Não é diferente o escólio jurisprudencial das Cortes de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. NULIDADE. RÉU INDEFESO. I - No âmbito do processo penal há a necessidade de que se garanta ao réu o pleno exercício do seu direito de defesa, que deve ser efetivo, real, e não apenas pro forma. II - Resta caracterizada a falta de defesa do réu, e não apenas a sua deficiência, se o defensor, não obstante tenha apresentado defesa prévia e alegações finais, o fez apenas formalmente, assumindo postura praticamente contrária aos interesses do réu, não só ao deixar de sustentar a posição apresentada pelo próprio acusado no interrogatório, no sentido da desclassificação para o delito do art. 16 da Lei 6.368/76, mas também ao postular a condenação, ainda que a pena mínima, por delito mais grave do que o admitido. Tudo isto, sem ao menos interpor apelação ao sobrevir condenação a pena superior ao mínimo legal. III - A concreta e objetiva inércia ou indiferença da defesa é de ser equiparada, conforme dicção da melhor doutrina, à sua inexistência (Precedentes). Writ concedido. (STJ. HC 16620/MG. Rel. Min. Felix Fischer. 5ª Turma. DJ 12.11.2001).

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR DE NULIDADE POR INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. OCORRÊNCIA. DEFESA DEFICITÁRIA. DEFENSOR QUE APRESENTOU RAZÕES RECURSAIS COM FUNDAMENTAÇÃO TOTALMENTE DIVORCIADA À REALIDADE DOS FATOS. PREJUÍZO CARACTERIZADO. RÉU INDEFESO. SÚMULA 523 DO STF. PRELIMINAR ACOLHIDA, COM RECOMENDAÇÃO. MÉRITO PREJUDICADO. 1. Equivale à ausência de defesa as razões recursais que apresentam teses totalmente absurdas e divorciadas da realidade dos fatos. 2. Deve ser declarado nulo o ato processual que causa evidente prejuízo ao réu, com o escopo de salvaguardar as garantias do devido processo legal, em especial a ampla defesa. 3. Encerrada a instrução criminal não há constrangimento legal por excesso de prazo na formação da culpa. 4. Preliminar acolhida para anular o ato processual de oferecimento das razões recursais, com recomendação. Mérito julgado prejudicado. (TJMG. APR 10024122037807001. Rel. Marcílio Eustáquio Santos. 7ª C. Criminal. Julgado: 03.10.2013. Publicado: 11.10.2013)

Destarte, tenho por inequivocamente indefeso o Paciente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Melhor sorte não acode à alegação de nulidade processual por ter a juíza *a quo*, depois de declarar encerrada a instrução criminal, ordenado, *ex-officio*, a requisição de informações a diversos juízos acerca de eventuais antecedentes criminais em desfavor do Paciente.

Os documentos colacionados à inicial pelo próprio impetrante demonstram que, ao decidir sobre pedido de transferência formulado em favor do Paciente, a juíza primeva indeferiu o pleito defensivo e, na oportunidade, deferiu requerimento contido na parte final das alegações finais do Ministério Público, no sentido de que fosse oficiado aos juízos das cidades em que o réu afirmara responder processos, requisitando a remessa de seus antecedentes criminais e noticiando que o mesmo se encontrava segredo.

Requeridas as diligências pelo Órgão Ministerial para esclarecer circunstâncias fáticas noticiadas pelo próprio Paciente no curso da instrução criminal, pertinentes a existência de diversas ações penais instauradas contra sua pessoa em comarcas de distintas unidades da federação, descabe cogitar de nulidade processual e de impedimento da julgadora primária, decorrentes da prática de atos instrutórios, de exclusiva responsabilidade da Promotoria.

Ainda que não fosse requerida pelo Ministério Público, o art. 156, II, do CPP, com a redação dada pela Lei n. 11.690/2008, autoriza que o juiz, de ofício, durante a instrução criminal ou antes da prolação da sentença, ordene a realização de diligências objetivando dirimir dúvidas sobre pontos relevantes.

Ora, é de extrema relevância para o julgamento da ação penal a colheita de informações sobre a vida pregressa do acusado, de modo a dar ao juiz subsídios para o adequado exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, possibilitando, assim, a justa aplicação da sanção penal.

Sobre a atuação de ofício pelo juiz, Guilherme de Souza Nucci assim leciona *"trata-se de decorrência natural dos princípios da verdade real e do impulso oficial. Em homenagem à verdade real, que necessita prevalecer no processo penal, deve o magistrado determinar a produção das provas que entender pertinentes e razoáveis para apurar o fato criminoso. Não deve ter a preocupação de beneficiar, com isso, a acusação ou a defesa, mas única e tão somente atingir a verdade"* (Código de Processo Penal Comentado, 12ª Ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 369).

Portanto, requeridas as diligências pelo Ministério Público não há falar em produção de provas *ex-officio* pela juíza impetrada, tampouco em nulidade processual ou em impedimento para o julgamento da causa.



O *writ* busca ainda desconstituir a prisão cautelar que restringe a liberdade do Paciente, que estaria sofrendo coação ilegal por excesso de prazo, vez que o processo tramita há cinco anos, estando o réu preso.

Conquanto instaurada a ação penal em 10.09.2009, a denúncia somente foi aditada para incluir o Paciente no pólo passivo em **08.01.2011**.

O aditamento à exordial acusatória foi recebido em **28.02.2011**, oportunidade em que o juiz decretou a prisão preventiva do Paciente.

A instrução criminal foi concluída e, apresentadas as razões finais do Paciente, em **10.06.2014**, foi prolatada a sentença condenatória no dia **12.08.2014**, restando superada eventual dilação prazal (Súmula 52 do STJ).

Doutra banda, a anulação do processo, relativamente ao Paciente, a partir das alegações finais, inclusive, não enseja o relaxamento da custódia cautelar, considerando que o retardo ora decorre de contribuição da defesa do Paciente, que praticou ato processual acoimado de nulidade.

Tendo a defesa dado causa à nulidade processual e advindo do patrono do Paciente o pleito de anulação do ato impugnado, não pode o réu auferir benesse da eiva provocada pela defesa, pois ninguém pode beneficiar-se da própria torpeza. Ademais, o Tribunal da Cidadania há muito leciona que o retardo causado pela defesa não configura coação ilegal (Súmula 64, STJ).

Pelo exposto, **voto pela concessão parcial da ordem para**, mantida a prisão preventiva, anular o processo, relativamente ao Paciente, a partir das alegações finais de fls. 405/406 da ação penal de origem, devendo ser restabelecido à defesa o prazo para oferecimento de novas razões finais, sendo oportunizada, por óbvio, a manifestação sobre os registros dos antecedentes criminais do Paciente posteriormente juntados àqueles autos.

É como voto.

Recife, 09 de setembro de 2014.


JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO
RELATOR CONVOCADO